

Ata nº 103 / XIII / 3.ª SL

Aos vinte e um dias do mês de novembro de 2017, pelas dezasseis horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia (OD):

1. Informações gerais
2. Apreciação e votação do parecer da [Proposta de Resolução n.º 56/XIII/2.ª](#) - Aprova, para adesão, o Segundo Protocolo à Convenção para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, adotado na Haia, em 26 de março de 1999, sendo Autora do Parecer a Deputada Gabriela Canavilhas (PS)
3. Apreciação e votação do parecer da [Proposta de Resolução n.º 57/XIII/2.ª](#) - Aprova a Convenção do Conselho da Europa sobre uma Abordagem Integrada da Segurança, da Proteção e dos Serviços por Ocasão dos Jogos de Futebol e Outras Manifestações Desportivas, aberta a assinatura em Saint-Denis, em 3 de julho de 2016, sendo Autor do Parecer o Deputado Ascenso Simões (PS)
4. Apreciação e votação do parecer da [Proposta de Resolução n.º 58/XIII/3.ª](#) - Aprova a retirada da reserva formulada pela República Portuguesa à Convenção sobre os Privilégios e Imunidades das Nações Unidas, adotadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas a 13 de fevereiro de 1946, sendo apresentante o Deputado Rui Silva (PSD)
5. Apreciação e votação do Relatório do DOCUMENTO DE REFLEXÃO SOBRE O FUTURO DA DEFESA EUROPEIA – [COM \(2017\) 315](#) , sendo apresentante a Deputada Ângela Guerra (PSD)
6. Apreciação e votação do Relatório do DOCUMENTO DE REFLEXÃO CONTROLAR A GLOBALIZAÇÃO – [COM \(2017\) 240](#) , sendo apresentante o Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP).
7. Distribuição de iniciativas legislativas e nomeação dos autores dos pareceres:

- [Proposta de Resolução n.º 59/XIII/3.ª](#) - Aprova o Protocolo Adicional ao Tratado entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde no Domínio da Fiscalização Conjunta de Espaços Marítimos sob a Soberania ou Jurisdição da República de Cabo Verde, assinado em Lisboa a 17 de dezembro de 2014.

Deputado autor do parecer: PSD

- [Proposta de Resolução n.º 60/XIII/3.ª](#) - Aprova o Acordo de Sede entre a República Portuguesa e o Tribunal Permanente de Arbitragem, assinado em Lisboa, em 16 de junho de 2017.

Deputado autor do parecer: PSD

8. Análise e decisão sobre o escrutínio de iniciativas europeias sinalizadas pela CAE - Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2018: Programa para uma Europa mais unida, mais forte e mais democrática [COM\(2017\)650](#) : PS

9. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para a audição do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, sobre várias matérias relacionadas com as Comunidades Portuguesas.

10. Aprovação de atas:

- . Ata n.º 100/XIII/3.ª de 25 de outubro de 2017;
- . Ata n.º 101/XIII/3.ª de 15 de novembro de 2017.

11. Outros assuntos.

Iniciados os trabalhos, dirigidos pelo Senhor Vice-Presidente, **Deputado Carlos Alberto Gonçalves**, deu este as boas-vindas aos membros da Comissão, tendo começado por prestar, englobadas no Ponto 1. da OD, as seguintes informações:

- Baixou à CNECP o [PJR n.º 1111/XIII/3.ª \(PSD\)](#) que “Recomenda ao Governo a criação de um Programa Especial de Apoio a Portugueses que se vejam forçados a fixar-se em Portugal em resultado de graves crises políticas, económicas e humanitárias nos países onde residem”. O Grupo Parlamentar do PSD informou de que a sua discussão será em Plenário.

- Informou-nos o Senhor Presidente da República que, no uso da autorização para deslocações ao exterior, concedida pelo Parlamento (com Parecer positivo da CNECP) para visita a Forças nacionais destacadas, das três previstas, apenas se realizaram duas das visitas programadas.
- Sem prejuízo da existência de motivação atendível, pediu o Senhor Presidente a melhor atenção dos Senhores Deputados que tenham a seu cargo Pareceres/Relatórios pendentes, para evitarem atrasos excessivos na sua apresentação, de forma a que o trabalho parlamentar que cabe à Comissão mantenha a sua fluidez.

Relativamente aos **Pontos 2 e 3** da OD, informou o Senhor Presidente ter sido solicitado o adiamento da sua apresentação, por parte dos Senhores Deputados autores dos respetivos Pareceres, tendo sido comunicada à Comissão por parte do Senhor Deputado Ascenso Simões a existência de coincidência horária com consulta médica agendada.

Transitados para o **Ponto 4.** da OD, foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado Rui Silva (PSD)** para apresentação do seu Parecer acerca da Proposta que remove a a reserva em tempo formulada por Portugal, a propósito da Convenção sobre os Privilégios e Imunidades das Nações Unidas. O Autor começou por efetuar um enquadramento sumário e explicativo da motivação da Proposta, tendo recordado o facto de esta Convenção ter sido outorgada em 1946, com reserva apresentada por Portugal à al.^a b) da sua Secção XVIII, relativa ao regime fiscal aplicável, concretamente no que respeitava ao critério utilizado para determinar a incidência fiscal, tendo Portugal desejado adotar, exclusivamente, o critério da nacionalidade e não o da residência do sujeito fiscal passivo. Na sua opinião, esta remoção da reserva em apreço é de modo a propiciar maior justiça fiscal relativa, entre contribuintes de diferentes nacionalidades. Terminou, referindo reunir a Proposta as condições necessárias à sua discussão e eventual aprovação em Plenário.

Intervieram os Senhores **Deputados:**

Paulo Pisco (PS) para felicitar o Autor do Parecer, concordando com o teor e sentido do mesmo.

Paula Teixeira da Cruz (PSD) que começou por felicitar o excelente trabalho realizado pelo Autor do Parecer, simultaneamente sintético e objetivo. Prosseguiu, alertando para o facto de

a adoção desta Proposta não veicular uma completa erradicação da injustiça que lhe está subjacente, pois embora se proceda a uma harmonização parcial, ela nunca seria hábil a promover uma verdadeira igualdade no domínio fiscal entre sujeitos passivos em face do circunstancialismo a que a matéria se refere.

Submetido à votação, a Proposta foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes.

Nos **Pontos 5. e 6.** informou o Senhor Presidente ter sido solicitado o adiamento da sua apresentação, por parte dos Senhores Deputados autores dos respectivos Pareceres, tendo sido dada nota da presença da senhora Deputada Ângela Guerra em trabalho parlamentar em Bruxelas, e da necessidade do Senhor Deputado Filipe Lobo d'Ávila em aprofundar a análise a promover no seu Parecer.

Já no âmbito do **Ponto 7.** procedeu o Senhor **Presidente** à distribuição das iniciativas legislativas mencionadas supra, cabendo a análise de ambas ao PSD. Foi solicitado a posterior indicação dos Deputados para tal indigitados.

Relativamente ao **Ponto 8.** da OD, informou o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** que a elaboração do Parecer acerca da matéria em apreço competirá à Senhora Deputada Lara Martinho. A este propósito, relembrou o senhor Presidente da existência de data limite para a sua remessa à CAE, no caso, 11 de dezembro, pelo que a sua apresentação e discussão ficou agendada para a sessão da Comissão de 5 de dezembro.

No âmbito do **Ponto 9.** da OD, procedeu o Senhor Presidente à apresentação e leitura do Requerimento do PSD, entrado na Comissão __ cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido __, tendente a convocar para audição o Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para manifestar a concordância do seu Grupo Parlamentar em face do requerido, atentas, até, as circunstâncias que haviam adiado a discussão das matérias agendadas aquando da anterior audição, relacionadas com a situação na Venezuela. Propôs, seguidamente, que o âmbito objetivo da audição pudesse vir a ser alargado a outros assuntos, de forma a viabilizar aquilo que considerou ser um balanço da atividade desta Secretaria de Estado.

Perguntou o Senhor **Presidente** se o PS pretende formalizar o pedido de alargamento do âmbito da audição em causa.

Esclareceu o Senhor **Deputado Paulo Pisco** que o Requerimento será oral e registado em Ata.

Interveio o Senhor **Deputado Nuno Magalhães (CDS/PP)** para manifestar a sua concordância com o requerido por ambos os Grupos Parlamentares, tendo realçado a necessidade de ser dado conhecimento pormenorizado ao gabinete do Senhor Secretário de estado quanto ao teor das matérias a abordar sob proposta do PS.

Interveio a Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD)**, tendo chamado a atenção para a impossibilidade de existência de “requerimentos em branco”, devendo regimentalmente ser facultado a qualquer Secretário de Estado o leque de matérias sobre as quais recai, em concreto, a audição.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco** para concretizar as matérias a abordar na audição em apreço: Emergências Consulares, designadamente, as questões relacionadas com o Gabinete de Apoio ao Emigrante e a aplicação do Viajante; e os mecanismos de apoio à iniciativa empresarial na Diáspora.

Uma vez submetidos a votação, ambos os Requerimentos foram aprovados por unanimidade dos Deputados presentes.

No **Ponto 10.** da OD, procedeu-se à leitura das Atas números 100 e 101, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes.

No Ponto 11., lembrou o Senhor Presidente das alterações acordadas em sede própria ao plano dos trabalhos parlamentares para o corrente mês, os quais ditaram que o espaço para trabalhos em Comissão tivesse transitado para dia 30 de novembro, quinta-feira, e se os Deputados presentes concordariam com a realização da sessão da Comissão de Negócios Estrangeiros naquela data, pelas 10.30 horas.

Todos os Grupos Parlamentares manifestaram a sua concordância.

Pelo que, nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Comissão** declarou encerrada a reunião pelas dezasseis horas e trinta minutos.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

A presente reunião possui registo áudio consultável em:

http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/1SL/COM/02_CNECP/CNECP_20171121.mp3

Palácio de S. Bento, 21 de novembro de 2017

O Presidente da Comissão,

(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Páscoa Gonçalves
Isabel Santos
Joana Lima
Lara Martinho
Nuno Magalhães
Paula Teixeira da Cruz
Paulo Neves
Paulo Pisco
Porfírio Silva
Ricardo Baptista Leite
Rui Silva
Adão Silva
Fernando Negrão
Maria Augusta Santos
Wanda Guimarães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões
Filipe Lobo D' Ávila
Gabriela Canavilhas
JAMILA Madeira
João Oliveira
José Cesário
Pedro Filipe Soares
Sérgio Azevedo
Sérgio Sousa Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
Maria Manuel Rola

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 30/11/2017.